

TRAGÉDIA COLETIVA NO RIO DE JANEIRO ANTE A LEI DE CAUSA E EFEITO

Com o desequilíbrio ambiental (aquecimento global) em pleno verão, chuvas violentas são conseqüentes, e a tragédia das enchentes, dos desabamentos, dos desabrigados, se repetem, variando apenas o número de mortos e desaparecidos em decorrência desse fenômeno. Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis, têm ocupado vasto espaço no noticiário, comovendo-nos mediante tantas vidas destruídas. Nesses episódios, as imagens midiáticas, virtuais ou impressas, mostram-nos, com colorido forte, as tintas do drama de inúmeros estragos, enquanto a população recolhe o que sobrou e chora seus mortos.

Muitos ficam em estado de extrema revolta contra tudo e todos, mas não nos esqueçamos que nos Estatutos de Deus não há espaço para injustiças, razão pela qual os flagelos destruidores ocorrem com o fim de fazer o homem avançar mais depressa. A destruição é necessária para a regeneração moral dos Espíritos, que adquirem, em cada nova existência, um novo grau de aperfeiçoamento. A Lei de causa e efeito ainda é coisa obscura para a humanidade, principalmente para aquelas pessoas que vivenciam a tragédia. Aquele que vê sua família dizimada dificilmente raciocinará; ele simplesmente não compreenderá os motivos para isso, porque não consegue ver que causas poderiam levar a tamanha perda e na forma como ocorre. É um momento de desespero, em que a visão se turva e não se é capaz de pensar em outra coisa que não seja a “injustiça”, embora que no plano espiritual o processo esteja ocorrendo de outra forma, com a harmonia da Lei Maior.

Nesses tristes fatos é comum emergir a indagação clássica: qual a finalidade desses acidentes, que causam a morte conjunta de várias pessoas? Como a Justiça Divina pode ser percebida nessas situações? Sendo Deus a Bondade Infinita, por que permite a morte aflitiva de tantas pessoas indefesas? Os Espíritos elucidam a questão afirmando que "as expiações e/ou as grandes provas são quase sempre um indício de um fim de sofrimento e de aperfeiçoamento do homem, desde que sejam aceitas por amor a Deus".(1) Encarando, porém, a vida sem a compreensão das leis da consciência e do processo da reencarnação, não poderemos explicar a Justiça de Deus – principalmente nos casos brutais de mortes coletivas.

Nos casos tão dramáticos ocorridos nas serras “cariocas”, encontraremos uma justificativa plausível para os respectivos acontecimentos, se analisarmos atentamente as explicações que só a Doutrina Espírita nos fornece, para confirmar que, até mesmo nessas tragédias, a Lei de Justiça se faz presente, pois, como nos afirma Allan Kardec, não há efeito sem que haja

uma causa que o justifique.

Todos os que pereceram nessas circunstâncias carregavam na alma motivos para se ajustarem com a Lei Divina, a fim de amortizar seus débitos com a indefectível e transcendente Justiça, encontrando aí a oportunidade sublime do resgate libertador. “Salvo exceção, pode-se admitir, como regra geral, que todos aqueles que têm um compromisso em comum, reunidos numa existência, já viveram juntos para trabalharem pelo mesmo resultado, e se acharão reunidos ainda no futuro, até que tenham alcançado o objetivo, quer dizer, expiado o passado, ou cumprido a missão aceita.”.(2)

Naturalmente a Lei é para todos nós. Emmanuel lembra que “quando retornamos da Terra para o Mundo Espiritual, conscientizados nas responsabilidades próprias, operamos o levantamento dos nossos débitos passados e rogamos os meios precisos a fim de resgatá-los devidamente. E antes de reencarnarmos, sob o peso de débitos coletivos, somos informados, no além-túmulo, dos riscos a que estamos sujeitos, das formas pelas quais podemos quitar a dívida, porém, o fato, por si só, não é determinístico, até porque dependem de circunstâncias várias em nossas vidas a sua consumação, uma vez que a Lei de causa e efeito admite flexibilidade, quando o amor rege a vida. Conforme ensinou Pedro, “o Amor cobre uma multidão de pecados”(3), portanto, podemos resgatar, através da prática do Bem, o equívoco praticado em outras instâncias.

De fato! Engendramos a culpa e nós mesmos movemos os processos destinados a extinguir-lhe as consequências. E Deus se vale dos nossos esforços e compromissos de resgate e reajuste a fim de direcionar-nos a estudos e progressos invariavelmente mais amplos no que tange à nossa segurança psíquica. É por essa razão que, de todas as tragédias humanas, nos retiramos com mais experiência e mais luz na mente e no coração, para defender-nos e valorizar a vida.

A situação no Rio é comovedora, como sinistro foi o terremoto no Haiti, o tsunami na Ásia. Ainda aqui, Emmanuel esclarece: “lamentemos sem desespero quantos se fizeram vítimas de desastres que nos confrangem a alma. A dor de todos eles é a nossa dor. Os problemas com que se defrontaram são igualmente nossos. Não nos esqueçamos, porém, de que nunca estamos sem a presença de Misericórdia Divina junto às ocorrências da Divina Justiça, que o sofrimento é invariavelmente reduzido ao mínimo para cada um de nós, que tudo se renova para o bem de todos e que Deus nos concede sempre o melhor.”(4) Inobstante, para o encarnado comum esse argumento emmanuelino não fazer muito sentido.

Diante de tantos e lúcidos esclarecimentos dos Benfeitores, não mais podemos ter quaisquer dúvidas de que a Justiça Divina exerce sua ação, exatamente com todos aqueles que, em algum momento, contrariaram a harmonia da Lei de Amor e Caridade, e por isso mesmo, cedo ou tarde,

defrontar-nos-emos inexoravelmente com a Lei de Causa e Efeito, ou, se preferirmos, com a máxima proferida pela sabedoria popular: “A semeadura é livre, mas a colheita é obrigatória”.

Jorge Hessen

<http://jorgehessen.net>